



## Práticas de normalização e de normatização: a subjetivação do sujeito aluno hiperativo na mídia

Bruno Franceschini

*Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Uberlândia, Av. João Naves de Ávila, 2121, 38408-144, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: b-franceschini@hotmail.com*

**RESUMO.** Esta pesquisa tem por objetivo verificar as práticas discursivas midiáticas que objetivam e subjetivam o sujeito aluno hiperativo. São observados, portanto, os processos discursivos constituintes da identidade desse sujeito da educação, verificando a ocorrência de regularidades discursivas entre o discurso médico e escolar em sua confluência no discurso midiático. Para tanto, são utilizados os preceitos teórico-metodológicos de análise de discursos propostos por Michel Foucault, em especial o que diz respeito às modalidades enunciativas, o poder disciplinar, em especial os conceitos de norma e de normalização, conceitos estes que possibilitam a análise dos efeitos de verdade dos enunciados retirados do *corpus* deste projeto, sendo este formado por artigos retirados de revistas de circulação nacional, além de textos sobre o Transtorno por Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) de sites voltados à educação. Portanto, este trabalho se propõe a analisar as formações discursivas que tratam da constituição identitária desses sujeitos e compreender de que forma as relações de saber-poder e história-memória produzem efeitos de verdade acerca desse sujeito, e como esses efeitos de verdade produzem efeitos de sentido que acabam por marginalizá-lo e caracterizá-lo como agitado, desatento, inquieto, entre outras representações enunciadas por sujeitos discursivos autorizados, que normatizam e disciplinam este sujeito nas instituições sociais.

**Palavras-chave:** análise do discurso, subjetivação, governamentalidade, sujeito aluno hiperativo.

## Normalization and normativity practices: the subjectivization of the hyperactive student within the social media

**ABSTRACT.** Current research verifies media discourse practices which objectify and subjectify the hyperactive student. Discourse processes that constitute the subject of education are analyzed. They verify the occurrence of discursive regularities between the medical and the school discourses within social media discourse. The theoretical and methodological concepts developed by Michel Foucault are employed, with special reference to topics related to enunciation modalities, disciplinary power, normalization and normativity which make possible the analysis of the effects of truth of enunciations in the corpus of current project. The latter comprise articles published in Brazilian newspapers and magazines and other educational texts on Attention Deficit and Hyperactivity Disorder (ADHD). Research investigates the discursive formations that deal with the identity of the subjects and tries to understand how knowledge-power and history-memory relationships produce truth effects on hyperactive students' identity. Likewise, it also discusses how truth effects establish meaning effects that marginalize the subjects and label them as restless, non-attentive, disquiet and others furnished by authorized subjects who intend to normatize and discipline the hyperactive student within social environments.

**Keywords:** discourse analysis, subjectivation, governmentality, hyperactive student.

### Introdução

Nos estudos de linha foucaultiana, questões relacionadas ao sujeito são reflexões sempre presentes e pertinentes, haja vista que, nos inúmeros trabalhos de Michel Foucault, é tema recorrente a discussão em torno das práticas discursivas e de como essas práticas constroem a identidade de um determinado sujeito, seja pela relação saber-poder ou pela vigilância presente na ordem do olhar.

Sobre a questão do sujeito, para o filósofo, o homem é tomado enquanto objeto do saber e alvo das malhas do poder, uma vez que sua identidade é tecida em enunciados autorizados pelo discurso científico, os quais, sob uma perspectiva, constituem campos de saber específicos, mas, por outro, formam “[...] práticas descontínuas, que se cruzam, se avizinham às vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2006, p. 21).

A relação entre discurso, indivíduo e sociedade é um tema muito pertinente hoje na nossa sociedade. Os inúmeros trabalhos existentes nos campos da Análise do Discurso, Sociologia, História, Literatura, Estudos Culturais dentre outros apontam para a ânsia que temos de compreender quem somos nós, ou seja, quem é esse sujeito produzido pelas diversas e heterogêneas práticas discursivas que circulam nos mais diferentes suporte textuais. Assim, com essa pesquisa, pretendemos contribuir com os estudos já existentes sobre educação, identidade e sujeitos alunos hiperativos, uma vez que eles ocupam os bancos escolares e têm os mesmos direitos de outros alunos, qual seja: o acesso à educação, sem exclusão.

Para esse artigo, apresentamos um recorte da dissertação *Práticas de Poder: a objetivação e a subjetivação do sujeito aluno hiperativo na mídia* (FRANCESCHINI, 2012). Na referida pesquisa, trilhamos três trajetões temáticas, a saber: a) o que é o TDAH e quem é o sujeito aluno hiperativo?; b) Como o sujeito aluno hiperativo é diagnosticado no discurso midiático?; c) Como o sujeito aluno hiperativo é tratado no discurso midiático?

Assim, apresentamos nesta pesquisa aspectos relacionados à subjetivação do sujeito aluno hiperativo que, na perspectiva dos estudos empreendidos por Michel Foucault, diz respeito ao processo de constituição da subjetividade de um sujeito. Analisamos, neste trabalho, a produção da identidade do sujeito aluno hiperativo, interrogando os enunciados que advêm de discursos formulados no interior do espaço escolar, da medicina e da mídia e descrevemos os elementos definidores desses discursos, criando, assim, um caminho para compreender o jogo enunciativo que produz determinadas representações do sujeito em questão.

Do ponto de vista médico, o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), conhecido popularmente como hiperatividade, é uma disfunção causada pela produção insuficiente de neurotransmissores que afetam as partes do cérebro responsáveis pela atenção e pelo controle das emoções. A insuficiência desses componentes químicos reflete-se no comportamento dos indivíduos, levando-os a apresentar comportamento impulsivo, agressivo, desatento e desorganizado. Em relação à aprendizagem, a hiperatividade leva a criança a ter um comportamento diferenciado da realidade escolar, o qual pode levá-la à marginalização.

No caso que nos interessa diretamente, podemos afirmar que a relação saber/poder produz discursos sobre a identidade do sujeito aluno hiperativo. Essa questão, sob a ótica da governamentalidade e das tecnologias de poder (FOUCAULT, 2008), aponta

para o fato de que o poder, como uma relação de forças, tem uma incidência direta sobre os modos como se produzem cidadãos, mais especificamente falando sobre os dispositivos de poder que produzem corpos dóceis, disciplinados e controlados, que se enquadram ao cotidiano escolar privilegiado. Tendo em vista o exposto, esta pesquisa tem como objetivo estudar a produção da identidade do sujeito aluno hiperativo em discursos que circulam em espaços pedagógicos e midiáticos.

Portanto, desenvolvemos neste artigo análises sobre as formas de exercício do poder disciplinar no discurso midiático e como, nos discursos atravessados pela prática discursiva escolar e pela prática discursiva médica, o sujeito aluno hiperativo é normalizado e normatizado no regime da biopolítica, do biopoder e da governamentalidade. De modo a cumprirmos os objetivos estabelecidos, estamos amparados em conceitos desenvolvidos pela Análise do Discurso francesa e, em particular, pelo método arqueológico de análise dos discursos proposto por Michel Foucault.

Naquilo que diz respeito à constituição do *corpus*, o arquivo da pesquisa é constituído por discursos veiculados tanto na mídia impressa quanto em sítios na internet que tratam de temas relacionados ao sujeito aluno hiperativo, tais como a educação e a saúde, a fim de realizar um gesto de descrição/interpretação dos processos discursivos de produção dos efeitos de sentido sobre a identidade desse sujeito. Por meio dessas análises, buscamos compreender, também, os mecanismos discursivos que, nesses enunciados, são empregados para moldar, instrumentalizar e normalizar a conduta desse aluno.

### O enunciado enquanto possibilidade de análise discursiva

A tarefa do pesquisador é descrever e interpretar a materialidade discursiva dos enunciados, bem como as condições de emergência e de existência deles, uma vez que o discurso é uma prática social. O discurso, para Foucault (2009a, p. 55), não é, “[...] como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras”, é uma prática discursiva constituída por uma gama de enunciados produzidos “[...] por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado” (GREGOLIN, 2004, p. 26).

Nesse sentido, Foucault expõe o caráter atributivo da linguagem; ou seja, o sujeito, ao utilizar a linguagem, dá sentido ao mundo, e é por meio da materialidade da língua que o discurso constrói os objetos de que fala - no caso aqui analisado, o sujeito-hiperativo. É válido lembrarmos também

que o discurso é objeto de desejo e de poder, uma vez que este precisa corresponder aos seus procedimentos externos de controle e de delimitação. Como ensina Foucault,

[...] o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. [...] É esse 'mais' que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2009a, p. 55, grifo do autor).

É, assim, nessa perspectiva que Foucault concebe o discurso como prática, pois a grade saber-poder perpassa as instituições sociais e constitui novos enunciados, e são esses novos enunciados que se oferecem ao analista como objeto de análise das condições de emergência e de possibilidade dos saberes em um dado momento histórico.

No trabalho de descrição e interpretação dos discursos, o conceito de enunciado é bastante operante. Para Foucault (2009a, p. 98):

[...] não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.

O enunciado foge à conceituação gramatical do que poderia compará-lo à frase ou ao ato de fala, porquanto está no plano discursivo, não se reduzindo a uma estrutura linguística nem correspondendo à intencionalidade do falante que o enuncia. É preciso compreender as condições de produção e de controle do enunciado no campo em que este se realiza.

Por isso procuramos, ao longo desse trabalho, separar os enunciados que tratam da questão do sujeito aluno hiperativo em sua instância de acontecimento considerando, obviamente, as condições de existência e de possibilidade desses discursos e relacionando-os em séries enunciativas, como será exposto adiante. A esse respeito, Gregolin (2006, p. 32) comenta:

Não se deve perder de vista o fato de que o discurso acontece sempre no interior de uma série de outros discursos, com os quais estabelece correlações, deslocamentos, vizinhanças.

Em outros termos, todo e qualquer enunciado efetivamente dito está inscrito no interior de uma série de outras formulações, as quais possibilitam sua

seqüência ou sua réplica, seu desaparecimento ou sua valorização para um discurso futuro. Segundo Foucault (1971, p. 112),

[...] qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja.

No tocante ao aspecto histórico do discurso, o enunciado é produzido por um sujeito discursivo e a sua produção está determinada pelas regras sócio-históricas que definirão e possibilitarão sua emergência, sendo isso o que define o discurso como prática. Neste contexto, pensamos ser pertinente adentrarmos ainda mais na questão do enunciado, haja vista que o enunciado é um caminho para o trabalho de análise discursiva.

Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault expõe as características daquilo que ele entende por enunciado. Vejamos: ao longo do capítulo dedicado a este conceito, o autor explana, por meio de negativas, aquilo que não está compreendido nesta noção, e sobre essas negativas são elencadas três hipóteses:

a) o enunciado difere da proposição por estar no âmbito discursivo. A isso assim se refere Foucault (1971, p. 91):

Não acredito que a condição necessária e suficiente para que haja enunciado seja a presença de uma estrutura proposicional definida, e que se possa falar de enunciado todas as vezes em que houver proposição e apenas neste caso.

b) além de estar no plano discursivo, o enunciado não pode ser comparado à frase, pois não está compreendido nas estruturas da língua. Sobre isso questiona Foucault (1971, p. 93):

Uma árvore genealógica, um livro contábil, as estimativas de um balanço comercial, são enunciados: onde estão as frases? [...] Não parece possível, assim, definir um enunciado pelos caracteres gramaticais da frase.

c) por fim, além de diferenciar-se da proposição e da frase, a conceituação do que seja o enunciado também não está no mesmo nível do ato de fala, embora, segundo Foucault (1971, p. 94), essa seja a categoria mais próxima do que o autor concebe por enunciado:

[...] cada ato tomaria corpo em um enunciado e cada enunciado seria, internamente, habitado por um desses atos. Existiriam um pelo outro e em uma exata reciprocidade. Semelhante correlação, entretanto, não resiste à crítica.

Destarte, o enunciado, na perspectiva discursiva trabalhada por Foucault, não se assemelha àquilo abordado pelas correntes linguísticas precedentes. O enunciado necessita corresponder a certo número de procedimentos englobados no conceito de função enunciativa, o qual confere à frase, ao ato de fala ou à proposição o caráter de enunciado. Como comentam Dreyfus e Rabinow (2010, p. 62):

Foucault se interessa justamente por aqueles tipos de atos discursivos separados da situação local de asserção e do fundamento cotidiano comum a fim de constituir um campo relativamente autônomo. [...] Tais atos discursivos ganham sua autonomia depois de serem aprovados em uma espécie de teste institucional, como regras de argumento dialético, interrogação inquisitória ou confirmação empírica.

Assim, o enunciado necessita de uma determinada materialidade, seja ela linguística ou imagética, verbal ou não verbal; precisa de um suporte material, de uma data e local – ou seja, ele é algo datado historicamente e proferido por um sujeito discursivo.

A respeito da relação do enunciado com a língua, Foucault (1971, p. 97) define: “[...] o enunciado, portanto, não existe nem do mesmo modo que a língua [...], nem do mesmo modo que objetos quaisquer apresentados à percepção”. No mesmo pensamento, Lecourt (1996, p. 50), ao tocar na questão das relações estabelecidas no interior dos discursos, nas relações entre as séries de enunciados, introduz a temática da necessidade de “[...] pensar a história dos acontecimentos discursivos como estruturada por relações materiais que se encarnam em instituições”.

Desse modo, no que concerne à relação discursiva entre as instituições, pensamos sobre um dos princípios componentes das regularidades discursivas: o das modalidades enunciativas. Sob o viés arqueológico, as modalidades enunciativas estão imbricadas com as questões das práticas discursivas e não discursivas e das relações de saber e de poder que as constituem, pois “[...] a arqueologia faz também com que apareçam relações entre as formações discursivas e os domínios não discursivos.” (FOUCAULT, 1971, p. 183-184).

Para introduzir o tema das modalidades enunciativas precisamos, primeiramente, conceituar a noção de prática discursiva. Para Lecourt (1996, p. 51),

[...] por prática discursiva não se entende a atividade de um sujeito, e sim a existência objetiva e material de certas regras às quais o sujeito tem que obedecer quando participa do discurso.

Compreendemos, então, por prática discursiva o conjunto de relações estabelecidas entre diferentes

domínios, resultantes de uma complexa combinação, “[...] cuja compreensão exige a referência a práticas de outras natureza” (LECOURT, 1996, p. 53).

Tendo como objeto de investigação o discurso médico, Foucault (1971) apresenta três formas pelas quais se manifestam as modalidades enunciativas. Sob a ótica do trabalho com base no estabelecimento de relações, Foucault (1971) reitera a necessidade do encadeamento entre as diversas práticas no discurso médico. Neste sentido, o autor elenca três aspectos para a análise das modalidades enunciativas, a saber: a) quem é autorizado a falar; b) a instituição de onde se fala e c) qual é a posição-sujeito adotada pelo sujeito que fala. Sobre o pensamento de Foucault, assim se expressam Dreyfus e Rabinow (2010, p. 89-90):

O arqueólogo tinha de considerar outras práticas discursivas sistematicamente em mutação, como, por exemplo, quem tem o direito de fazer enunciados, de onde esses enunciados emanam e que posição o sujeito do discurso ocupa.

É nesse sentido que comungamos das ideias foucaultianas acerca da constituição do poder disciplinar, como referido anteriormente. Em sua constituição sócio-histórica, o poder é manifestado no discurso, e, por circular nos mais variados níveis da sociedade, produz saberes que possibilitarão a legitimação de discursos em espaços institucionais como o escolar, o midiático e o médico. Vale lembrar, não obstante, que o poder não é, para Foucault, algo negativo, mas, ao contrário, algo produtivo, visto que o interesse do poder e da disciplina é otimizar e aperfeiçoar o trabalho do homem, como postula o filósofo:

Foi para recuperar o detalhe que se deu uma primeira acomodação: acomodação dos mecanismos de poder sobre o corpo individual, com vigilância e treinamento – isso foi a disciplina (FOUCAULT, 1999, p. 298).

### **Práticas de poder: o governo do sujeito aluno hiperativo**

De modo a aprofundar a discussão sobre a subjetivação do sujeito-aluno hiperativo, trataremos, nesse momento, das regras que governam as instituições e os sujeitos que circulam nesses espaços. Tendo em vista o exposto a respeito das questões do saber tratadas anteriormente, procuramos, neste ponto, pensar como, na mídia, os discursos escolar e médico produzem saberes sobre o sujeito aluno hiperativo, haja vista que o exercício do poder é intrínseco ao saber, e vice-versa. Assim, algumas das perguntas deste trabalho são: ‘Quem está autorizado a falar sobre o sujeito aluno hiperativo?’; ‘Como os discursos midiáticos produzem efeitos de verdade que normatizam e normalizam esses sujeitos da educação?’.

Para responder a essas questões, é necessário delimitarmos aquilo que Foucault concebe por poder, bem como os demais conceitos imanentes a essa discussão, a saber: a relação entre o discurso e o poder, haja vista os procedimentos de controle do discurso; as formas de exercício do poder na esfera dos micropoderes; a questão do governo sob a forma de uma governamentalidade; as noções de biopoder, biopolítica, norma e normalização, os quais estão relacionados às condutas dos indivíduos na sociedade; e a questão das disciplinas e do exercício do poder.

No aspecto produtivo do poder, em que o objetivo é tornar o sujeito útil à sociedade capitalista, a questão da governamentalidade é de grande importância para essa discussão, uma vez que o governo visa cuidar de toda uma sociedade em suas instâncias mínimas. Para Foucault (2010, p. 302),

[...] gerir a população não quer dizer gerir simplesmente a massa coletiva dos fenômenos ou gerir os simplesmente no nível de seus resultados globais. Gerir a população quer dizer geri-la igualmente em profundidade, em fineza, e no detalhe.

Os discursos, para circularem na sociedade, passam por uma série de procedimentos externos e internos da maquinaria do poder, os quais visam controlá-lo e restringir a sua produção e circulação. Esse regime de controle tem início na observação da posição assumida pelo sujeito na ordem do discurso, pois a posição de sujeito implica a autorização ou a restrição desse sujeito no regime do discurso.

No caso desta pesquisa, exemplificamos o exposto tomando como objeto o sujeito professor, cujo discurso não corresponde ao espaço institucional do sujeito médico, em vista dos modos de discurso assumidos por esse sujeito. Assim, o sujeito professor, com base no *corpus* desta pesquisa, assume uma posição discursiva na qual são evidenciados os aspectos pedagógicos e as formas de lidar com esse sujeito da educação no espaço escolar, o que não é apropriado para o espaço hospitalar, haja vista o caráter biológico dos discursos recorrentes em tal instituição, onde se opera uma arqueologia do olhar médico, que tem por finalidade conhecer, explicar e medicar o doente. Já na educação, trata-se de outro procedimento de produção de subjetividades, no qual o sujeito aluno hiperativo é visto sob a ótica da disciplina do corpo, e não da sua cura.

Naquilo que diz respeito aos conceitos de norma e de normalização, Foucault (2009b, p. 164) apresenta aquilo que ele conceitua como “[...] os recursos para o bom adestramento”, o conjunto de procedimentos sobre o sujeito que possibilitam “[...] adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor”

(FOUCAULT, 2009b, p. 164) a capacidade do sujeito ao utilizar-se de instrumentos como o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame.

Para controlar os sujeitos de forma a normatizar e normalizar o comportamento destes, lança-se mão de toda uma arquitetura que, pelo olhar, exerce a vigilância sobre os sujeitos, docilizando-os e tornando-os produtivos à maquinaria capitalista. Como teoriza Foucault (2009b, p. 169),

[...] a vigilância torna-se um operador econômico decisivo na medida em que é, ao mesmo tempo, uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar.

Assim, o exercício do poder na ordem do olhar age sobre o corpo dos sujeitos na instância da estrutura física das instituições para alcançar o corpo dos indivíduos pela vigilância.

Diante dessa questão, precisamos analisar quais são as regras que governam a produção e a circulação dos discursos na sociedade, ou seja, verificar qual é o campo de saber utilizado e quais são os discursos autorizados e não autorizados a circular - no caso desta pesquisa, nos espaços escolar e médico que frequentam a mídia. Essa análise se faz necessária porque a produção de um discurso

[...] é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por objetivo conjurar seus poderes e seus perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar seu peso, sua temível materialidade (FOUCAULT, 2008, p. 8-9)

Assim, a disciplina visa punir aquilo que se desvia do padrão, daquilo concebido como regra e, dessa forma, pela punição, corrige aqueles que se desviam do sistema para reduzir esses desvios por meio do exercício, haja vista que

[...] os sistemas disciplinares privilegiam as punições que são da ordem do exercício - aprendizado intensificado, multiplicado, muitas vezes repetido. [...] Castigar é exercitar. (FOUCAULT, 2009b, p. 173).

É neste sentido que observamos o processo de individualização dos sujeitos, processo que possibilita a prática da normalização e da normatização dos indivíduos, pois,

[...] à medida que o poder se torna mais anônimo e mais funcional, aqueles sobre os quais se exerce tendem a ser mais fortemente individualizados [...], por medidas que têm a norma como referência (FOUCAULT, 2009b, p. 184).

Por isso, um dos modos de produção da identidade do sujeito ocorre nesta perspectiva do olhar, da vigilância, da sanção, que são mecanismos que individualizam.

### A subjetivação midiaticizada do sujeito aluno hiperativo.

Para este trabalho, analisamos as formas de exercício do poder disciplinar no discurso midiático e como, nos discursos atravessados pela prática discursiva escolar e pela prática discursiva médica, o sujeito aluno hiperativo é normalizado e normatizado no regime da biopolítica, do biopoder e da governamentalidade. Desse modo, procuramos pensar que o regime disciplinar posto em circulação nos enunciados da prática discursiva midiática, constituída pelos saberes escolar e médico, alcança o corpo do sujeito aluno hiperativo, uma vez que o funcionamento de uma ‘microfísica do poder’ implica a

consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos. (MACHADO, 1981, p. 168-169)

Para este momento de análise, contamos com cinco enunciados retirados de nosso arquivo de pesquisa os quais versam sobre as formas de tratamento do sujeito aluno hiperativo. Tendo em vista a sequência enunciativa em questão, observamos o funcionamento discursivo das práticas disciplinares presentes no discurso midiático constituído pelo saber médico que objetiva normalizar e normatizar o aluno hiperativo pelo uso de fármacos, como expresso em:

(1) Hoje, prefere-se indicar a ‘Ritalina’ a enfrentar o desgaste de reprimir um bagunceiro. É mais fácil ‘tratar’ o menino como ‘doente’ do que assumir que um adulto — no caso, o professor — não consegue ‘controlá-lo’. (MANSO, 1998, n.p., grifos nosso).

(2) Esses estimulantes fazem com que as crianças - tenham elas TDAH ou não - se tornem mais ‘dóceis e obedientes’. Para pais fatigados e professores estressados em escolas superlotadas, um ‘medicamento para controlar’ ‘crianças difíceis’ é uma bênção (LEPORACE, 2007, n.p., grifos nosso).

(3) É comum crianças com TDAH tomarem ‘remédio’ com esse ‘princípio ativo’ para, entre outros fins, conseguir a ‘concentração necessária’ para evitar o baixo rendimento escolar (BIBIANO, 2010, n.p., grifos nosso).

(4) Quando a medicação é necessária, os estimulantes à base de metilfenidato são os mais prescritos pelos médicos. Ao elevar ‘o nível de alerta do sistema nervoso central’, ele auxilia na concentração e no ‘controle da impulsividade’. (BUCHALLA, 2004, n.p., grifos nosso).

(5) Há que levar em conta, ainda, que pais impacientes andam utilizando o diagnóstico de hiperatividade como desculpa para entupir seus filhos de remédio e mantê-los, dessa forma, ‘sossegados’. Tanto é assim que o medicamento foi batizado de ‘droga da obediência’. (BUCHALLA, 2008, n.p., grifos nosso).

Os enunciados em questão servem de base para a discussão do conceito de normalização presente nos trabalhos de Foucault, pelo fato de que esses discursos constroem a identidade do aluno hiperativo com alguém doente, não dócil, desobediente, impulsivo, inquieto e de difícil controle, características essas não condizentes com aquilo que é esperado de um aluno em sala de aula.

Desse modo, ao ser tomado enquanto objeto de observação no espaço escolar, o aluno hiperativo é posto em comparação a outros alunos considerados ‘normais’, ou seja, o sujeito da educação em questão é classificado como alguém fora do parâmetro e, por isso, precisa ser normalizado, haja vista a ‘anormalidade’ de seu comportamento, bem como de suas funções cerebrais, conforme enuncia o saber médico na prática discursiva midiática. Como comenta Prado-Filho (2010, p. 184), a respeito da normalização dos indivíduos na sociedade:

Portanto, implica em remeter o indivíduo à norma no sentido de verificar conformidades e desvios em relação a ela, o que requer e justifica todo um conjunto de intervenções terapêuticas e ortopedias corretivas, de ordem corporal, mas também psicológica e social, quando não, moral.

Nesses enunciados, observamos a recorrência de vocábulos como: (1) tratar e doente; (2) dóceis e obedientes e medicamentos para controlar; (3) remédio, concentração necessária; (4) controle da impulsividade; e (5) droga da obediência, os quais indicam o funcionamento discursivo de uma biopolítica, a qual visa gerir a vida dos indivíduos em sua multiplicidade. Como teoriza Foucault (2005, p. 302), a respeito das práticas de normalização e da biopolítica:

A medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores. [...] A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar.

Isso posto, pensamos nesse efeito de regulamentação do sujeito aluno hiperativo porque o tratamento medicamentoso ocorre visto que há a necessidade, segundo o saber médico, de corrigir algo que falha no cérebro desse sujeito e esse

tratamento é feito com fármacos estimulantes que atuam no sistema nervoso central, de forma a deixar o aluno hiperativo dócil, obediente e concentrado na sala de aula.

A respeito do controle exercido pela medicalização, consideramos que esta é um artifício dos mecanismos disciplinares os quais visam otimizar o corpo desse sujeito tomado como um doente, pois o sujeito aluno hiperativo não mais sofre uma punição dolorosa que lhe é aplicada ao corpo, já que o uso do metilfenidato age como um substituto do “[...] velho princípio ‘retirada-violência’ que regia a economia do poder pelo princípio ‘suavidade-produção-lucro.’” (FOUCAULT, 2009b, p. 207, grifos autor). Desse modo, pensamos no ‘lucro’, naquilo que diz respeito à educação, como o rendimento escolar esperado de qualquer aluno que frequente o espaço escolar, na medida em que o baixo rendimento acarretará prejuízos no futuro para esse aluno. Nessa perspectiva, a justificativa para o tratamento medicamentoso reside neste argumento, conforme evidenciado nos excertos abaixo.

(6) Velha de quase cinquenta anos, a Ritalina não colava numa época em que os pais e professores exerciam domínio irrestrito, um ‘olhar de repreensão’ bastando para pôr a criança no prumo. Hoje, prefere-se indicar a Ritalina a enfrentar o desgaste de ‘reprimir um bagunceiro’ (MANSO, 1998, n.p., grifos nosso).

(7) Para pais fatigados e ‘professores estressados’ em escolas superlotadas, um medicamento para controlar ‘crianças difíceis’ é uma bênção. (LEPORACE, 2007, n.p., grifos nosso).

(8) Diversos especialistas criticam essa elevação, apontando-a como um dos sinais da chamada ‘medicalização da Educação’ – ‘a ideia de tratar com remédios todo tipo de problema de sala de aula’. ‘Muitas vezes, o transtorno não é tão prejudicial e iniciativas ‘como alterações na rotina da própria escola’, para acolher melhor o comportamento do aluno, podem trazer resultados satisfatórios’, explica Schwartzman (BUCHALLA, 2004, n.p., grifos nosso).

(9) Pais acusam escolas de rotular suas crianças de hiperativas indiscriminadamente, antes mesmo de obter um diagnóstico médico. Tudo porque ‘os professores’, segundo esses pais, ‘não teriam paciência, nem disposição, para controlar crianças irrequietas’ – mas não necessariamente com desequilíbrio na química cerebral – na sala de aula. (BUCHALLA, 2008, n.p., grifos nosso).

Nesse âmbito, a indisciplina, por vezes, é tomada enquanto manifestação da hiperatividade, de modo que, como já exposto, um dos sintomas é a agitação e

a inquietude do aluno em sala de aula. Uma das formas de lidar com problemas de indisciplina em sala de aula é a medicalização do aluno, mesmo que esse aluno não seja hiperativo:

(9) Tudo porque ‘os professores’, segundo esses pais, ‘não teriam paciência, nem disposição, para controlar crianças irrequietas’ – mas não necessariamente com desequilíbrio na química cerebral – na sala de aula. (BUCHALLA, 2008, n.p., grifos nosso).

A circulação desse discurso é autorizada tendo em vista a legitimidade do discurso médico em patologizar os comportamentos anormais. Como cita Lecourt (2006, p. 298):

[...] não somente a saúde exprime um juízo do indivíduo sobre suas possibilidades, mas este juízo traz em si a marca indelével do meio social e histórico onde ele ocorre.

Por isto, o aluno indisciplinado destoa do meio escolar, daquilo que é esperado como comportamento para aquela instituição social. Assim sendo, o sujeito que não corresponde aos parâmetros instituídos abre precedente para que seja culpabilizado pelo seu comportamento e, conseqüentemente, pelo seu baixo rendimento escolar. A escola, de forma a afastar de si a responsabilidade dos problemas disciplinares e de aprendizagem, recorre ao saber médico para a realização do diagnóstico e do tratamento desse sujeito da educação. A esse respeito, Romão et al. (2006, p. 110) comentam que:

O que nos preocupa, então, é que a partir do momento em que a hiperatividade é diagnosticada, parece-nos que há uma naturalização do seguinte sentido: o aluno não aprende porque é hiperativo, ou qualquer dificuldade que ele apresente, na escola, é justificada e/ou atribuída, pelos professores e pelos próprios pais, à hiperatividade.

É nesse sentido que pensamos no tratamento do sujeito aluno hiperativo sob a ótica do funcionamento de uma biopolítica da medicalização da educação, haja vista a recorrência em patologizar e medicar os comportamentos em sala de aula, como em

(8) Diversos especialistas criticam essa elevação, apontando-a como um dos sinais da chamada ‘medicalização da Educação’ – a ideia de tratar com remédios todo tipo de problema de sala de aula. (BUCHALLA, 2004, grifos do autor).

Assim, uma das reflexões levantadas ao longo dessa pesquisa reside na operação discursiva de diferenciação ocorrida no espaço escolar acerca do sujeito aluno hiperativo.

A esse respeito, observamos que a escola funciona como uma instituição disciplinar na qual o

objetivo é extrair do aluno sua capacidade de aprender e torná-lo apto para o ensino superior e/ou para o mercado de trabalho, isto é, torná-lo útil à sociedade, como enunciado em

(6) Velha de quase cinquenta anos, a Ritalina não colava numa época em que os pais e professores exerciam domínio irrestrito, um olhar de repreensão bastando para pôr a criança no prumo. (MANSO, 1998, p. 177).

Calcados em Foucault (2009b, p. 165)

[...] o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar: um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam.

Considerando a expressão ‘pôr a criança no prumo’ (enunciado 6), constatamos o mecanismo disciplinar que circula na escola, o qual tem por função fazer com que as crianças comportem-se de modo a prestarem atenção à aula dada. No entanto, ao longo dos anos, esse comportamento foi modificado e o que é observado nos dias atuais é o aumento no número de reclamações de pais e professores, e a forma de lidar com essa indisciplina é patologização da educação, bem como a medicalização desta. Essa evidência é observada em (9) ‘Pais acusam escolas de rotular suas crianças de hiperativas indiscriminadamente, antes mesmo de obter um diagnóstico médico.’

Dessa forma, as práticas de normalização do sujeito aluno hiperativo na prática discursiva midiática atravessada pelo saber médico mostram-se como enunciativas do par normal *versus* anormal, o que acaba por excluir os alunos enquadrados como anormais, no caso, o aluno hiperativo. Observamos, à luz de Foucault (2009b), o funcionamento dos mecanismos discursivos do saber médico que visam medicalizar os sujeitos da educação, o que implica na normalização das condutas em sala de aula.

Ao pensarmos no funcionamento do biopoder no espaço escolar, em especial naquilo que diz respeito à normalização do aluno hiperativo, procuramos estabelecer uma relação de analogia com a discussão acerca do racismo, conforme trabalha Foucault (2005). O referido autor trata a questão do racismo como forma de limpeza social, como a apresentação do racismo como algo impuro. De modo semelhante, a respeito do poder sobre a vida e a morte, consideramos que a circulação de enunciados que versam acerca da medicalização do aluno hiperativo age de modo a eliminar os problemas relacionados à indisciplina e, por conseguinte, ao baixo rendimento desse sujeito da educação, ou seja, tal qual o racismo, o tratamento

medicamentoso do aluno hiperativo é uma estratégia para deixar a escola ‘limpa’ de problemas disciplinares.

A esse respeito, Foucault (2005, p. 305) expõe que:

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia, mais sadia e mais pura.

Dessa forma, concebemos a morte do sujeito aluno hiperativo como sendo o momento em que este é tomado enquanto anormal e sofre as ações da medicalização. Assim, os discursos agem em harmonia com o poder disciplinar e instituem os saberes que construirão os efeitos de verdade desses discursos, bem como as operações de diferenciação normal/anormal, sendo a marginalização do sujeito-hiperativo um exemplo do funcionamento desse mecanismo discursivo, posto que este sujeito é considerado anormal em virtude da necessidade de tratamento diferenciado.

Em *A História da Sexualidade*, Foucault discorre acerca das operações de patologização das perversões; sendo assim, pensamos, no âmbito da objetivação e da subjetivação do aluno hiperativo que, tal qual comentam Dreyfus e Rabinow (2010, p. 227)

Todo comportamento pode, agora, ser classificado através de uma escala de normalização e patologização desse misterioso instinto sexual. Uma vez estabelecida cientificamente uma diagnose da perversão, tecnologias corretivas – para o bem do indivíduo e da sociedade – podem e devem ser aplicadas.

Nessa perspectiva, o que tem ocorrido na prática discursiva midiática atravessada pelo saber médico é a separação entre normais e anormais, entre alunos normais e alunos hiperativos.

### Considerações finais

Procuramos, ao longo deste trabalho, analisar como a prática discursiva midiática, em seus atravessamentos pelos saberes escolar e médico, constrói no/pelo discurso a identidade do aluno hiperativo, bem como, nesses discursos, ocorrem o governo e a normalização desse sujeito da educação nos enunciados analisados.

Dessa forma, pela ordem do olhar, tanto da família quanto da escola, esse sujeito é tomado como objeto de observação pelo seu comportamento diferenciado, elemento este em destaque nos enunciados que circulam nessa formação discursiva. Nesse sentido o poder

disciplinar imbricado no processo de objetivação do aluno hiperativo não está restrito apenas ao sujeito médico, mas também a outros sujeitos discursivos que buscam nessa prática discursiva a legitimação necessária para a construção discursiva da identidade do aluno hiperativo, a qual tem, por meio dos diagnósticos, o efeito de sentido de um sujeito anormal pela agitação constante, pela falta de atenção e de interesse nas aulas, comportamentos estes que acabam por marginalizá-lo no espaço escolar.

Como uma prática do saber médico, no âmbito da ordem do olhar, o diagnóstico do aluno hiperativo é feito com base na realização de entrevistas e de exames clínicos e laboratoriais, os quais visam constituir um relatório sobre esse sujeito, ou seja, esses documentos formam um saber a respeito do aluno. Nessa prática discursiva, o sujeito da educação é colocado num regime de visibilidade no qual se torna sujeito e objeto de exames clínicos, isto é, seu corpo se presta à observação desses exames, ao mesmo tempo em que esses mesmos exames produzem quem ele é, como age e como deve ser tratado.

Concluimos, portanto, que a necessidade de tratamento discursivizada pelo saber médico está imbricada no aspecto de docilização do corpo, o qual tem por objetivo torná-lo útil e produtivo, uma vez que um dos objetivos do poder é tornar o indivíduo produtivo no espaço escolar e capaz para o mercado de trabalho, seja pelo tratamento medicamentoso, seja pelo tratamento não medicamentoso, o qual faz uso de atividades corporais com o objetivo de melhorar a capacidade de atenção e de concentração da criança hiperativa.

Assim, os enunciados dizem respeito, num primeiro momento, à normalização do aluno hiperativo pelo uso de medicamentos, os quais, para nós, numa perspectiva discursiva, apresentam-se como um artifício do saber médico que procura tratar o corpo desse sujeito, no caso, o cérebro. Isso ocorre tendo em vista os enunciados nos quais o aluno é objetivado e subjetivado como doente que precisa, segundo a voz legitimadora da medicina, ser tratado.

Nas análises, nossas reflexões nos levaram à constatação de que a inclusão do aluno hiperativo na sala de aula age de modo a fazer funcionar a biopolítica concernente a esta instituição. Essa análise parte da constatação de que essa prática tem por objetivo tornar o aluno hiperativo, até então considerado improdutivo, num sujeito produtivo, ou seja, as condutas adotadas pelo professor em sala agem de modo a otimizar o comportamento e o rendimento desse sujeito da educação.

É nessa perspectiva, portanto, que observamos a dispersão de enunciados sobre o TDAH, ocorrendo, desse modo, um confronto no processo de constituição identitária do sujeito-hiperativo, pois, ao mesmo tempo em que ele é visto como 'anormal', ao ser medicalizado e receber tratamento diferenciado no espaço escolar, começa a passar por um processo de inclusão, o qual se sustenta no poder da disciplina, que busca a produção homogênea dos indivíduos na sociedade. Porém, o efeito de sentido dos discursos acerca dessa prática de inclusão é de ressaltar a distinção entre o que é normal e o que é anormal no espaço escolar, além de destacar a incapacidade para o trabalho, como comentam Veiga-Neto e Lopes (2007, p. 949):

[...] as políticas de inclusão escolar funcionam como um poderoso e efetivo dispositivo biopolítico a serviço da segurança das populações. Em outras palavras, coloque-se apenas no plano discursivo ou de fato materialize-se no plano das práticas concretas, ao fim e ao cabo a inclusão escolar tem em seu horizonte a diminuição do risco social.

Assim, comungamos dos preceitos de Foucault acerca da característica disciplinar e regulamentadora da medicina, legitimada pelos sujeitos que deste campo de saber enunciam os quais visam normatizar os indivíduos:

A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço [...] A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e da regulamentação (FOUCAULT, 1999, p. 302).

## Referências

- BIBIANO, B. O que é o Transtorno de Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade (TDAH). **Revista Escola**, São Paulo, abr., 2010. Available from: <<http://revistaescola.abril.com.br/crianca-e-adolescente/comportamento/transtorno-deficit-atencao-com-sem-hiperatividade-tDAH-546797.shtml>>. Access on: Apr. 3, 2011.
- BUCHALLA, A. P. Ritalina, usos e abusos. **Revista Veja**, São Paulo, 27 out. 2004. Available from: <[http://veja.abril.com.br/271004/p\\_068.html](http://veja.abril.com.br/271004/p_068.html)>. Access on: June 20, 2011.
- BUCHALLA, A. P. Pequenos Shivas. **Revista Veja**, São Paulo, 1 out. 2008. Available from: <[http://veja.abril.com.br/011008/p\\_138.shtml](http://veja.abril.com.br/011008/p_138.shtml)>. Access on: Apr. 3, 2011.
- DREYFUS, H.; RABINOW, P.; **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera P. Carrero e Gilda Gomes Carneiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FRANCESCHINI, B. **Práticas de poder**: a objetivação e a subjetivação do sujeito aluno hiperativo na mídia. 2012.

- 207f. Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1971.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. **Do poder de soberania ao poder sobre a vida**. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 285-315. (Edição original, 1975-1976).
- FOUCAULT, M. **O poder psiquiátrico**. 1. ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 26. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009a.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009b.
- FOUCAULT, M. Michel Foucault: a governamentalidade. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Ditos e Escritos 4**: estratégia poder-saber Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 281-305
- GREGOLIN, M. R. V. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (Org.). **M. Foucault e os domínios da linguagem**. Discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz Editora, 2004. v. 1, p. 23-44.
- GREGOLIN, M. R. V. AD: descrever-interpretar acontecimentos que fundem linguagem e história. In: NAVARRO, P. (Org.). **Estudos do texto e do discurso**. Mapeando conceitos e métodos. 1. ed. São Carlos: Claraluz, 2006. v. 1, p. 19-34.
- LECOURT, D. A arqueologia e o saber. In: LECOURT, D. (Ed.). **O homem e o discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- LECOURT, D. Normas. In: RUSSO, M.; CAPPONI, S. (Org.). **Estudos de filosofia e história das Ciências Biomédicas**. São Paulo: Discurso Editorial, 2006. p. 292-303.
- LEPORACE, C. TDAH: quando não compreendido, um transtorno. **Opinião e Notícia**, 11 jul., 2007. Available from: <<http://opiniaoenoticia.com.br/vida/saude/tdah-quando-nao-compreendido-um-transtorno/>>. Access on: June 20, 2011.
- MACHADO, R. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- MANSO, B. P. Babá química. **Revista Veja**, São Paulo, 2 dez. 1998. Available from: <[http://veja.abril.com.br/021298/p\\_119.html](http://veja.abril.com.br/021298/p_119.html)>. Access on: Apr. 3, 2011.
- PRADO FILHO, K. Uma genealogia das práticas de normalização nas sociedades ocidentais modernas. In: CAPPONI, S.; VERDI, M.; BRZOZOWSKI, F. S.; HELLEMANN, F. (Org.). **Medicalização da vida**: ética, saúde pública e indústria farmacêutica. Palhoça: Unisul, 2010. p. 183-191.
- ROMÃO, L. M. S. IAMAMOTO, E. N.; PACÍFICO, S. M. R. **As vozes legitimadoras do discurso sobre a hiperatividade**. São Bernardo do Campo: Ed. Metodista, 2006. (Educação e linguagem, v. 1, p. 107-125).
- VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. **Educação e sociedade**, v. 28, n. 100, p. 947-963, 2007.

*Received on March 21, 2013.*

*Accepted on July 4, 2013.*

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.